



Perspectivas históricas do Concílio Vaticano II à luz da ação dos Papas João XXIII e Paulo VI

Historical perspectives of the
Vatican Council II in the light of the action
of Popes John XXIII and Paul VI

*Tiago Cosmo da Silva Dias**

ITSM

*Maria Angélica Franco Moreira***

UNISAL/FD/ITSM

Recebido em: 27/10/2022. Aceito em: 07/11/2022.

Resumo: *O artigo expõe algumas perspectivas históricas do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965), com base nas ações dos papas que o conduziram: João XXIII (1958-1963), que o convocou e acompanhou o primeiro período; e Paulo VI (1963-1978), que deu continuidade ao evento e o concluiu. O intuito é demonstrar que o perfil dos papas contribuiu diretamente para que a condução dos trabalhos acontecesse da maneira como tudo ocorreu. Com essa finalidade, começa-se a partir do pontificado de Pio XII*

* Doutorando em Teologia (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, São Paulo, SP). Mestre em Teologia (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, São Paulo, SP, 2022). Graduado em Teologia (Faculdade de Filosofia e Teologia Paulo VI, FFTP, Mogi das Cruzes, SP, 2018). Graduado em Filosofia (Faculdade de Filosofia e Teologia Paulo VI, FFTP, Mogi das Cruzes, SP, 2014). Graduado em Comunicação Social – Jornalismo, Universidade Nove de Julho, UNINOVE, 2009). Professor no Instituto de Teologia São Miguel, da Diocese de São Miguel Paulista, São Paulo.

E-mail: pe.tiagocosmo@gmail.com.

** Mestra em História Eclesiástica (Pontifícia Università Gregoriana, UNIGRE, Roma, Itália, 1994). Graduada em História (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre, RS, 1984). Professora da UNISAL – Unidade São Paulo Campus Pio XI; professora da Faculdade Dehoniana (Taubaté); professora da Faculdade de Filosofia e Teologia Paulo VI (Mogi das Cruzes).

E-mail: mangemoreira@gmail.com.





(1876-1958), somente para salientar como Roncalli se inseriu num contexto de uma efetiva novidade. Num segundo momento, perpassa-se pelo perfil do Concílio, traçado por João XXIII, e pelo primeiro período, até se chegar ao pontificado de Paulo VI.

Palavras-chave: Concílio Vaticano II. Papa João XXIII. Papa Paulo VI. Perspectivas.

Abstract: *The article presents some historical perspectives of the Second Vatican Ecumenical Council (1962-1965), based on the actions of the popes who led it: John XXIII (1958-1963), who convened it and accompanied the first period; and Paul VI (1963-1978), who continued the event and concluded it. The aim is to demonstrate that the profile of the popes contributed directly to the conduct of the work in the way that everything happened. For this purpose, we start from the pontificate of Pius XII (1876-1958), only to emphasize how Roncalli was inserted in a context of an effective novelty. In a second moment, it goes through the profile of the Council, traced by John XXIII, and through the first period, until reaching the pontificate of Montini.*

Keywords: *Vatican Council II. Pope John XXIII. Pope Paul VI. Perspectives.*

Introdução

Um primeiro ponto a se esclarecer é que, aqui, será adotada a perspectiva da *ecclesiologia histórica*. Não se nega que a Igreja é o Corpo Místico de Cristo e possui a sua dimensão de mistério, mas ela vive na história. Por outro lado, estabelecer uma continuidade e um diálogo entre história e teologia nem sempre é uma tarefa fácil, porque muitos, sustentados em uma visão equivocada do que seja a Tradição, compreendem o aprofundamento teológico como um perigo que pode levar a desvios. Para estes, a verdade está posta e, como tal, não está sujeita às intempéries da história. Nesse sentido, história e teologia não são apenas incompatíveis, como também inimigas: é preciso estar atento para que a história não sufoque a teologia e, de certa forma, esta se perca; ou para utilizar uma expressão do pontificado em curso, acabe por se “mundanizar”¹. Apesar dessa visão, hoje em voga devido ao crescente conservadorismo, as análises aqui expostas farão a interdisciplinariedade entre história e teologia, já que esta última “é feita com mediações e a

¹ DIAS, Tiago Cosmo da Silva. A revisão dos títulos papais: condição para a vivência do carisma petrino. *Teocomunicação*, Porto Alegre, v. 52, n. 1, jan./dez. 2022, p. 1-11. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/teo/article/view/43389/27656>. Acesso em: 20 out. 2022.



história da Igreja não é uma ciência serva da teologia, mas, sendo autônoma e independente, dialoga, ilumina e é iluminada pela teologia”².

Assim sendo, retomar as perspectivas históricas do Concílio Vaticano II permite, acima de tudo, fazer o caminho proposto pelo Papa Francisco na celebração do 60º aniversário de abertura do evento conciliar, no último dia 11 de outubro, na qual o bispo de Roma pediu que “reencontrássemos a paixão do Concílio e renovássemos a paixão por ele”³. O apelo por reencontrar é curioso. Normalmente, só se encontra o que se perdeu. Se o papa usou a palavra “reencontrar”, disse que, em algum momento, essa paixão foi encontrada, mas se perdeu e, agora, é preciso ir atrás dela outra vez. Ir atrás de algo que está perdido, por outro lado, pressupõe deixar algo para trás, como o pastor da parábola que precisou deixar as noventa e nove para buscar a ovelha que se perdeu: o que a Igreja deve abandonar nos dias de hoje para reencontrar essa paixão? E é reencontrar a paixão *do* Concílio: *qual foi a paixão do Concílio?* A história, o povo de Deus, a reconciliação, a fraternidade... São, porém, dois passos: reencontrar a paixão do Concílio e renovar a paixão *por* ele; ou seja, permitir-se viver o chamado “espírito conciliar”.

1 Breve precedente

Para resgatar a história do Concílio Vaticano II, é importante, em primeiro lugar, retornar à figura de Eugênio Pacelli (1876-1958), que em 1939 foi eleito em um dos conclaves mais rápidos da história eclesial. Pacelli assumiu o nome de Pio XII e “representava a encarnação do papado em toda a sua dignidade e superioridade”⁴. O seu pontificado, que perdurou até 1958, pode ser considerado o último da era antimoderna, porque constou de diversos aspectos controversos, rejeitando as doutrinas evolucionistas e historicistas, sem contar as suas intervenções na teologia católica, como as censuras feitas a Maritain (1882-1975), Congar (1904-1995), Chenu (1895-1990) e De Lubac (1896-1991). As

² SOUZA, N.; GONÇALVES, P. S. L. *Catolicismo e sociedade contemporânea*. Do Concílio Vaticano I ao contexto histórico teológico do Concílio Vaticano II. São Paulo: Paulus, 2013. p. 22.

³ PAPA FRANCISCO. *Homilia do Papa Francisco*. 60º aniversário do início do Concílio Ecumênico Vaticano II. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2022/documents/20221011-omelia-60concilio.html>. Acesso em: 20 out. 2022.

⁴ SOUZA, N. Contexto e desenvolvimento histórico do Vaticano II. In: GONÇALVES, P. S. L.; BOMBONATTO, V. I. (org.). *Concílio Vaticano II*. Análises e prospectivas. São Paulo: Paulinas, 2004. p. 20.



principais encíclicas de Pio XII foram *Mystici corporis* (1950), que tratava da identidade e do ornamento da Igreja com combate à *nouvelle théologie*⁵, e *Humani generis* (1950), que determinava a posição do Papa em relação à moderna teoria evolucionista.

A concepção da Igreja como Corpo Místico de Cristo, hoje tão rica teologicamente, à época estacionou a perspectiva eclesiológica, porque a ideia de corpo foi compreendida como inércia, estática, e não dinâmica. No fundo, ainda era um resquício da compreensão de “sociedade perfeita”.

Aos poucos, porém, ainda que discretamente, a tendência tridentina foi se tornando minoria e os pilares para o diálogo com a modernidade foram sendo postos. Pio XII faleceu no dia 9 de outubro de 1958, no palácio apostólico de Castel Gandolfo. Quando da sua morte, um dos cardeais foi escolhido para fazer um elogio fúnebre, na Basílica de São Marcos: o patriarca de Veneza, Ângelo Giuseppe Roncalli (1881-1963), que disse:

*Ó! Magistério de Pio XII! As vozes que a notícia da sua morte suscitou e continua suscitando, antes de tudo convêm sobre a importância, sobre a beleza variada e harmoniosa, sobre a riqueza desse grande mestre da fé, cuja profusão, emulando os grandes acontecimentos dos Padres e dos Doutores da Igreja antiga, soube equiparar-se às condições mais modernas do pensamento e dominá-lo no respeito à herança doutrinária dos antecessores e juntamente crescendo-lhe o sagrado patrimônio em benefício da civilização humana e cristã para o progresso dos povos [...].*⁶

Àquela altura, Roncalli parecia não imaginar que seria o próximo papa.

⁵ A ‘nova teologia’ foi, segundo Libanio, a expressão madura do novo sujeito moderno que penetraria o Concílio Vaticano II. Num artigo na revista jesuíta *Études*, de Paris, Jean Daniélou resumiu a proposta do movimento em três pontos: 1) deve tratar Deus como Deus, não como objeto, mas como o Sujeito por excelência, que se manifesta quando e como ele quer; 2) deve responder às experiências da alma moderna e levar em conta as dimensões novas que a ciência e a história deram ao espaço e ao tempo, que a literatura e a filosofia deram à alma e à sociedade; 3) deve enfim ser uma atitude concreta diante da existência, uma resposta que engaja o homem inteiro, à luz interior de uma ação na qual a vida se joga totalmente (*In: LIBANIO, J. B. Concílio Vaticano II. Em busca de uma primeira compreensão. São Paulo: Loyola, 2005. p. 39.*)

⁶ RONCALLI, A. G. *apud* MONDIN, B. *Dicionário Enciclopédico dos Papas. História e Ensinos. São Paulo: Ave-Maria, 2007. p. 684.*



2 A Igreja sob João XXIII

Duas semanas depois da morte de Pio XII, na tarde do dia 25 de outubro de 1958, entraram em conclave 51 cardeais, dos quais 17 eram italianos. No dia 28 de outubro, na undécima votação, Roncalli foi eleito, assumindo o nome de João XXIII (1958-1963). As motivações para a escolha do nome foram diversas: primeiro, era o nome de seu pai; segundo, eram numerosas as catedrais com este título, inclusive a de Latrão; terceiro, as referências estarem em João Batista e no evangelista João. Até aquele momento, dos 22 papas com o nome de João, quase todos haviam tido um pontificado breve. Fato é que, àquela altura, a escolha de um cardeal com 77 anos de idade pareceu uma “solução de transição”⁷. Um dos pontos que favoreceu sua escolha foi sua obediência quase submissa ao seu antecessor, o Papa Pio XII⁸, o que agradava à Cúria Romana e a ala conservadora.⁹

2.1 O anúncio do Concílio e o início dos trabalhos

João XXIII, na linha de seus predecessores, procurou defender a religião do ateísmo, embora sua posição tenha sido muito diferente: maior tolerância e diálogo. A grande prova foi, sem dúvidas, quando, no dia 25 de janeiro de 1959, na conclusão da semana de oração pela unidade dos cristãos, na Basílica de São Paulo Fora dos Muros, o papa fez um anúncio que surpreendeu a todos:

[...] Pronunciaremos perante vós, certamente com um pouco de emoção, mas juntamente com humilde resolução de propósito, o nome e a proposta de uma dupla celebração: de um Sinodo Diocesano para a Cidade [de Roma] e de um Concílio Ecumênico para a Igreja universal. [...] Eles levarão à feliz e tão esperada atualização do Código de Direito Canônico, que deve acompanhar e coroar estes dois ensaios de aplicação prática da disciplina eclesiástica, que o

⁷ MONDIN, B., *op. cit.*, p. 686.

⁸ Conta-se que Roncalli foi visitar o Santo Ofício e encontrou o seu dossier pessoal, onde se lia: *Esse Roncalli permanece sempre como suspeito de modernismo*. João XXIII fez a seguinte anotação: *Eu, Roncalli, papa João XXIII, posso lhes assegurar que nunca fui modernista*. (SOUZA, N.; GONÇALVES, P. S. L., *op. cit.*, p. 100).

⁹ SOUZA, N.; GOMES, E. S. Os Papas do Vaticano II e o diálogo com a sociedade contemporânea, *Teocomunicação*, Porto Alegre, v. 44, n. 1, p. 14-15, 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/teo/article/view/18264/11689>. Acesso em: 20 set. 2020.



*Espírito do Senhor nos estará sugerindo ao longo do caminho. [...] Hoje, basta esta comunicação feita a todo o Sagrado Colégio aqui reunido, reservando-se o direito de a transmitir aos demais cardeais que regressaram às várias sedes episcopais que lhe foram confiadas, espalhadas pelo mundo.*¹⁰

O anúncio foi surpreendente inclusive à Cúria Romana. Há, documentada, uma carta retrospectiva do beneditino italiano Cipriano Vagaggini (1909-1999) que, dando um testemunho direto sobre a ocasião, relata dois fatos curiosos:

1. Poucos dias antes da reunião em São Paulo Fora dos Muros, os cardeais estavam sendo solicitados a participar da reunião com João XXIII porque, se dizia, o papa falaria aos cardeais e aos monges no capítulo do mosteiro, e diria coisas importantes. O secretário passou o aviso ao cardeal, que respondeu: “O que você quer que ele diga de importante em semelhante ocasião? Fará apenas uma exortação aos monges, e nada mais”. O cardeal não foi. Naturalmente a coisa ficou mal para ele quando soube do comunicado sobre o Concílio Vaticano II.
2. No dia seguinte ao anúncio oficial, um consultor do Santo Ofício, que trabalhava na Cúria, foi até a Congregação. Depois, retornou todo transtornado, dizendo que se estava muito agitado por lá, que não se podia compreender como um Papa anunciasse improvisadamente um Concílio sem primeiro consultar os departamentos responsáveis da cúria e preparar uma tarefa nada fácil. Ou seja: quando o Papa João XXIII anunciou o Concílio Vaticano II, nem mesmo nos ambientes da Congregação do Santo Ofício se estava a par.¹¹

Fato é que alguns viram em João XXIII a promessa de uma renovação já esperada há bastante tempo. Outros valorizaram a possibilidade de colocar no primeiro plano o problema da unidade dos cristãos, e alguns

¹⁰ JOÃO XXIII. *Allocuzione del Santo Padre Giovanni XXIII con la quale annuncia il sinodo romano, il concilio ecumenico e l'aggiornamento del código di diritto canonico*. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-xxiii/it/speeches/1959/documents/hf_j-xxiii_spe_19590125_annuncio.html. Acesso em: 20 out. 2022, (grifos e tradução nossos).

¹¹ VAGAGGINI, C. *apud* ALBERIGO, G. *Breve história do Concílio Vaticano II*. Aparecida: Santuário, 2006. p. 25-26.



destacaram a oportunidade de uma relação da Igreja com a sociedade pautada na fraternidade, e não mais na contraposição ou condenação.¹²

Alberigo escreve que, desde Bento XV, todos os papas tinham pensado na eventualidade de uma reabertura do Concílio Vaticano.¹³ João XXIII, porém, amadurecera sozinho a decisão, e não reconvocando o Vaticano I, mas deixando claro a seu secretário de Estado, no dia 14 de julho de 1959, que o Concílio se chamaria Vaticano II, e com uma imposição diferente. Assim o papa afirmava, de maneira inequívoca, que esse seria um Concílio novo e não complementação do Vaticano I, deixado inconcluso em 1870. Sendo novo, tem uma agenda totalmente livre e aberta. Não será a continuação de uma assembleia nascida e depois suspensa em um contexto histórico de conflito e pessimismo (o papa ‘prisioneiro’ do Vaticano), mas constituirá uma página branca na história plurissecular dos concílios¹⁴.

Durante os dois meses seguintes ao anúncio, o debate sobre o Concílio demorou a decolar. Ninguém sabia o que dizer ou fazer. Somente em abril de 1959 que João XXIII formulou o escopo fundamental do evento: fazer crescer o empenho dos cristãos e “dilatar os espaços da caridade [...] com clareza de pensamento e com grandeza de coração”¹⁵. Com a aproximação de Pentecostes, João XXIII denominou o Concílio um “novo Pentecostes”. A expressão, inclusive, foi inserida na oração pontifícia pelo Concílio, na qual se pedia que o Espírito renovasse “em nossa época os prodígios de um novo Pentecostes”¹⁶.

Elaborou-se, então, uma *comissão antepreparatória*, cuja primeira tarefa foi enviar um questionário para a consulta dos bispos acerca dos temas a serem trabalhados no Concílio. No início, pensou-se em elencar uma série de perguntas, mas depois se deixou plena liberdade para o envio de sugestões. Tratou-se, portanto, de uma *consulta ampla*, e não só aos bispos, mas também aos superiores das várias ordens e às universidades e faculdades católicas, bem diferente do que fizera Pio IX no Vaticano I que, tendo constituído a comissão preparatória, consultou

¹² ALBERIGO, G. O Concílio Vaticano II (1962-1965). ALBERIGO, G., *História dos Concílios Ecumênicos*. São Paulo: Paulus, 1995. p. 395.

¹³ *Ibidem*, p. 394.

¹⁴ ALBERIGO, G., *op. cit.*, 2006, p. 34.

¹⁵ JOÃO XXIII *apud* ALBERIGO, G., *op. cit.*, p. 2006, p. 30.

¹⁶ ALBERIGO, G., *op. cit.*, 2006, p. 30-31.



apenas um grupo muito restrito de 36 bispos sobre um total de mil – ou seja, nem 4% da época.

Nos meses sucessivos, chegaram ao Vaticano cerca de dois mil pareceres (sugestões e propostas) do mundo inteiro. A maioria dos escritos testemunhava surpresa e desorientação, porque Roma não mandava, mas pedia sugestões¹⁷. As propostas chegadas, porém, eram “modestas”; poucos tinham horizontes mais amplos. No entanto, o trabalho de consulta foi importante para descartar a hipótese, ainda de alguns ultramontanos, de que o Concílio seria prorrogado devido à idade avançada do Papa, que poderia até engavetá-lo definitivamente¹⁸.

No dia 5 de junho de 1960, o motu proprio *Superno Dei nutu* dava início, agora, à fase preparatória do Concílio, que se estenderia por dois anos. Foram criadas 11 comissões, dentre as quais uma central, que deveria desenvolver um trabalho de coordenação e de aprovação dos esquemas elaborados, conforme quadro abaixo:¹⁹

Comissões preparatórias do Concílio Vaticano II	
Comissões	Presidentes
Teológica	Cardeal Alfredo Ottaviani (secretário do Santo Ofício)
Bispos e governo das dioceses	Cardeal Paolo Marella (Arcipreste da Basílica Vaticana e já núncio em Paris)
Disciplina do clero e do povo cristão	Cardeal Pietro Ciriaci (Prefeito da Sagrada Congregação do Concílio)
Religiosos	Cardeal Valerio Valeri (Prefeito da Sagrada Congregação dos Religiosos)
Disciplina dos Sacramentos	Cardeal Benedetto Aloisi Masella (bispo da Palestrina, prefeito da Sagrada Congregação da Disciplina dos Sacramentos, ex-núncio apostólico do Brasil)

¹⁷ Às vésperas do Vaticano I, é curiosa a observação do então Superior Geral dos Redentoristas: *Em Roma se prepara tudo tão bem que aos Padres só caberá votar!* (ALBERIGO, G. O Concílio Vaticano I (1869-1870). In: ALBERIGO, G. (org.). *História dos Concílios Ecumênicos*. São Paulo: Paulus, 1995. p. 371.

¹⁸ ALBERIGO, G., *op. cit.*, 2006, p. 33-34.

¹⁹ SOUZA, N., *op. cit.*, 2020, p. 371.



Liturgia	Cardeal Gaetano Cicognani (até 05/02/1962) Cardeal Larraona (Prefeito da Sagrada Congregação dos Ritos)
Estudos e seminários	Cardeal Giuseppe Pizzardo (bispo de Albano e prefeito da Sagrada Congregação dos Seminários e das Universidades)
Igrejas orientais	Cardeal Amleto Giovanni Cicognani (secretário da Sagrada Congregação para a Igreja Oriental, em 1961 nomeado secretário de Estado)
Missões	Cardeal Gregório Pedro Agagianian (Patriarca da Cilícia, Armênia, Prefeito da Sagrada Congregação da <i>Propaganda Fide</i>)
Apostolado dos leigos	Cardeal Fernando Cento (ex-bispo de Aireale, antes de ser nuncio em Bruxelas e Lisboa)
Secretariado da Imprensa e do espetáculo	Cardeal João Martinho O'Connor (arcebispo de Laodiceia, Síria)
Secretariado para a União dos Cristãos	Cardeal Agostinho Bea, SJ (reitor do Pontifício Instituto Bíblico, Roma)

O curioso, neste ponto, é que uma primeira hipótese de trabalho fixava como membros das comissões os secretários e assessores da Cúria Romana, sob a presidência do cardeal Alfredo Ottaviani (1890-1979), secretário do Santo Ofício. João XXIII, porém, pensou diferente: deu a presidência das comissões ao Secretário de Estado, cardeal Domenico Tardini (1888-1961), e o secretário foi o Monsenhor Pericle Felici (1911-1982), da Sacra Rota Romana. Esta foi uma tremenda novidade, porque, até então, a presidência sempre ficara com o Santo Ofício. A escolha de João XXIII deixava transparecer a preferência do Papa de que o Concílio deveria ser preparado num clima e estilo diferente do Vaticano I, por exemplo, tradicionalmente doutrinário e intransigente. Aliás, conta-se que, tão logo João XXIII anunciou o Concílio, o cardeal italiano Nicola Canali (1874-1961) já correu para lhe perguntar se a presidência das comissões seria do Santo Ofício. João XXIII respondeu: *O presidente do concílio é o Papa!*²⁰ Em geral, os membros das comissões eram bispos, assessorados por consultores.

²⁰ Citado por SOUZA, N. *História da Igreja*. Notas Introdutórias. Petrópolis: Vozes, 2020. p. 365.



Com a Constituição Apostólica *Humanae Salutis* (1961), João XXIII convocou o Concílio Ecumênico Vaticano II, apesar de pressões contrárias para que houvesse maior preparação. O papa disse que não julgava oportuno o adiamento. Os anos posteriores confirmaram o porquê de João XXIII ter sido tão firme em sua decisão: se morresse antes do Concílio, talvez não tivesse sequer começado²¹. Na Constituição em que convocou o evento, o papa escreveu:

*[...] Por isso, obedecendo a uma espécie de instinto do alto ou a uma voz interior, julgamos ter chegado o momento de proporcionar à Igreja Católica e a toda família humana a oportunidade de um novo Concílio Ecumênico, continuando a série dos vinte primeiros, que tanto contribuiram no decurso dos séculos para o florescimento da graça divina entre os fiéis e para o progresso do cristianismo. A alegria que tal notícia suscitou no mundo inteiro entre os católicos, as interrompidas preces que toda a Igreja tem elevado a Deus nessa intenção, em todo o globo terrestre, os estudos que já se fizeram em vista da preparação de tão significativa assembleia, a atenção e a expectativa que o Concílio desperta entre os cristãos separados da comunhão romana, tudo isso constitui um conjunto de indícios inequívocos da grandeza e da oportunidade de tal evento.*²²

No decurso de pouco mais de dois anos de trabalho, a máquina preparatória produziu mais de 70 projetos, muitas vezes prolixos e dedicados a temas diversificados. No dia 2 de fevereiro de 1962, com o *motu proprio Concilium*, João XXIII pôs fim à fase preparatória e fixou para 11 de outubro o início dos trabalhos. Outra vez, os seus opositores diretos se frustraram. Nesse meio tempo, foram delineados alguns traços da fisionomia do Concílio, sobretudo em três aspectos:

- Não se trataria de um Concílio “de união” entre as tradições cristãs divididas, como havia feito pensar a expressão “Concílio Ecumênico” usada pelo papa. No entanto, João XXIII deixou claro que o Concílio deveria marcar uma mudança de perspectiva na disponibilidade católica, a fim de se envolverem na questão ecumênica. A criação do Secretariado para a Unidade dos Cristãos, em 1960, sob a presidência do cardeal Agostinho Bea, tinha essa perspectiva.

²¹ MARTINA, G. *História da Igreja*. De Lutero a nossos dias. IV – A era contemporânea. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2014. p. 282.

²² JOÃO XXIII. Constituição Apostólica *Humanae Salutis*. In: *Vaticano II*. Mensagens, Discursos, Documentos. São Paulo: Paulinas, 2007. p. 13-14.



- O Concílio teria um cunho *pastoral*, ao invés do par clássico *doutrina-disciplina (fides-mores)*. Daqui derivava uma indisponibilidade seja para definir novos dogmas (doutrina), seja para fulminar novas condenações (disciplina), e a procura de um estilo fraterno, inspirado no modelo de Jesus.
- Por fim, o Concílio teria *liberdade*, ou seja, os bispos deveriam ser os verdadeiros protagonistas, saindo da atitude passiva que, depois das definições do primado e da infalibilidade papal, caracterizou o episcopado católico.²³

No entanto, os anos de preparação provaram o despreparo da Igreja, no que diz respeito à participação e à corresponsabilidade requerido pela celebração de um Concílio, mas também o estado de estagnação e sofrimento que vivia o catolicismo, que embocara por um caminho de centralização em Roma e – mais ainda – de concentração de qualquer decisão na pessoa do papa. Em um cenário assim, qualquer impulso dinâmico e vital arriscava-se ser visto com desconfiança e a ser privado do espaço para se exprimir e crescer²⁴.

2.2 Palavras-chave e o 1º Período

As palavras-chave do Concílio eram basicamente três: *aggiornamento* (palavra italiana para ‘atualização’ ou ‘modernização’), *desenvolvimento* (desdobramento ou evolução, por vezes equivalente a progresso) e *ressourcement* (palavra francesa para ‘regresso às fontes’).

Dos três termos, tanto os intérpretes do Concílio quanto os meios de comunicação invocavam com mais frequência o *aggiornamento*, especialmente porque o próprio Papa João XXIII foi quem o atribuiu e utilizou no discurso de abertura do Concílio. Apesar do termo em si mesmo não ter nada de novo²⁵, no que diz respeito ao Vaticano II trata-se

²³ Conste-se que, à época do Vaticano I, quando Pio IX anunciou o seu desejo de convocar o Concílio, alguns teriam dito: *Não temos o Papa? O Papa não tem poder de decidir todas as questões? Para que um Concílio?* (SOUZA, N.; GONÇALVES, P. S. L., *op. cit.*, p. 67).

²⁴ ALBERIGO, G., *op. cit.*, 2006, p. 45.

²⁵ Note-se que, já em meados do século XVII, foi lançada a fórmula *Ecclesia semper reformanda* (“a Igreja sempre necessita de reforma”), que teria alcançado grande sucesso. Sob essa afirmação se situa um modo de entender a Igreja como uma realidade dinâmica, e não estática: a Igreja é uma realidade viva, inserida em uma história. Por isso, a Igreja tem necessidade de reforma sempre. (ver ALBERIGO, G. *Igreja Santa e Pecadora. Conversão da Igreja?* São Paulo: Loyola, 2019. p. 27)



de uma novidade, segundo O'Malley²⁶, ao menos em quatro aspectos: primeiro, algumas das mudanças foram em instâncias que, para a grande maioria católica, pareciam ser normativas, como a liturgia em latim, e por isso tiveram um impacto surpreendente; segundo, porque nenhum Concílio anterior usara *aggiornamento* como princípio amplo, mas sim como rara exceção; terceiro, o Vaticano II trabalharia com certas suposições e valores culturais do chamado “mundo moderno” como liberdade, igualdade e fraternidade, que derivavam do iluminismo e que o Vaticano I rejeitara completamente; por último, a reconciliação da Igreja com certas mudanças que ocorreram fora dela proporcionou um ponto de entrada para uma compreensão mais dinâmica de como a Igreja funcionava.

Para o conceito de *desenvolvimento*, o dinamismo foi mais relevante, porque significava pôr em movimento; ou seja, o desenvolvimento exigia progresso. A Constituição Dogmática *Dei Verbum*, neste espírito, destacou que a Tradição da Igreja decorrente dos Apóstolos gera progresso na Igreja e cresce²⁷; logo, a Tradição não é inerte, mas dinâmica. De igual modo, falava-se que a Igreja precisava regressar às fontes (*ressourcement*), nas quais encontraria as verdades fundamentais que a poderiam guiar na situação atual. No fundo, o desenvolvimento e o *ressourcement* tratavam da memória corporativa e constitutiva da identidade da Igreja: enquanto o desenvolvimento sugeria um movimento ao longo de um determinado caminho, o *ressourcement* dizia que já não se podia seguir o caminho ora dado; ou seja, era um convite a retornar para seguir um caminho diferente e melhor.²⁸ Em termos de prioridade, porém, se assim se pode dizer, não há dúvidas de que foi o *aggiornamento*.

A sessão solene de abertura do Concílio foi celebrada a 11 de outubro de 1962, quando o Papa João XXIII fez o motivador discurso que, segundo Souza, “é de fundamental importância e exerceu profunda influência na redação de todos os documentos conciliares”²⁹, e isso por três razões: primeiro, por se voltar aos que João XXIII chamou de “profetas da desgraça”, que viam no mundo moderno somente um declínio sem fim; segundo, como já dito, porque não se tratava de discussão da

²⁶ O'MALLEY, J. W. *Quando os bispos se reúnem*. Um ensaio que compara Trento, o Vaticano I e o Vaticano II. Lisboa: Edições 70, 2020. p. 42-43.

²⁷ DV 8.

²⁸ O'MALLEY, J. W., *op. cit.*, p. 43-44.

²⁹ SOUZA, N. Antecedentes e Evento Histórico. In: ALMEIDA, J. C.; MANZINI, R.; MAÇANEIRO, M. (org.). *As janelas do Vaticano II*. A Igreja em diálogo com o mundo. Aparecida: Santuário, 2013. p. 75.



doutrina, mas sim de pensar em como transmiti-la de acordo com a realidade moderna; terceiro, porque, apesar de sempre a Igreja ter condenado os erros, agora ela se voltava como uma mãe amorosa.

*Nosso dever, porém, além de conservar os preciosos tesouros do passado, leva-nos com alegria e coragem, a insistir no que hoje exigem os tempos, continuando a caminhada desses vinte séculos de Igreja. Portanto, o principal objetivo do trabalho conciliar não é o de discutir princípios doutrinários, retomando o que padres e teólogos, antigos e novos, ensinaram, que todos sabemos e está profundamente gravado em nossas mentes. Para isso não seria preciso um Concílio Ecumênico. Hoje, é necessário que toda a doutrina cristã, integralmente, sem nenhuma omissão, seja proposta de um modo novo, com serenidade e tranquilidade, em vocabulário adequado e num texto cristalino, como se procurou fazer em Trento e no Vaticano I, e como ardentemente desejam todos os cristãos católicos e apostólicos.*³⁰

Cerca de 2.540 Padres Conciliares, auxiliados por teólogos, começaram os trabalhos. Jamais, não só na história da Igreja, mas pode-se talvez dizer em toda a história, uma assembleia se apresentou tão numerosa e com características tão universais, porque, segundo Martina, os bispos chegavam a cerca de 4.000, nessa mesma data. Pode-se dizer que todas as dioceses, ou quase todas, estavam representadas e que cinco sextos de todo o episcopado mundial tinham respondido ao apelo do papa.³¹

Entre os numerosos esquemas a serem discutidos, nenhum foi concluído durante o primeiro período, que se encerrou no dia 8 de dezembro daquele ano. João XXIII fixou que o primeiro tema sobre o qual o Concílio trabalharia fosse a liturgia, que, àquela altura, representava o aspecto mais maduro da renovação da vida da Igreja, além de ser o único projeto que teria conseguido o consenso entre os bispos, já sensibilizados pelo movimento litúrgico.

Também se discutiu o projeto dedicado às “fontes da revelação”. Diversas questões foram postas em xeque e a votação sobre a aceitação do esquema revelou algo perturbador: 1.368 votos contrários e apenas 822 favoráveis. Os números mostravam que a assembleia não estava constituída por homens passivos, dispostos a aceitar qualquer proposta.

³⁰ JOÃO XXIII. Discurso *Gaudet Mater Ecclesia* na abertura solene do Concílio. In: *Vaticano II. Mensagens, Discursos, Documentos*. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2007. p. 31, (grifos nossos).

³¹ MARTINA, G., *op. cit.*, p. 290.



Naquela ocasião, inclusive, um grupo de 14 cardeais, entre os quais o cardeal Giuseppe Siri (1906-1989), de Gênova, escreveu uma carta ao papa para alertá-lo sobre as tendências nascidas do Concílio, a partir daquele debate sobre as fontes da revelação. A carta não teve prosseguimento.

Outros temas foram discutidos ainda na primeira fase: as comunicações sociais, a questão ecumênica, um esquema bastante breve sobre a Virgem Maria e, na última semana praticamente, o projeto sobre a Igreja, bastante aguardado, visto que o Vaticano I não havia conseguido completá-lo. Houve propostas diversas, entre as quais chama a atenção a do arcebispo de Bolonha, cardeal Giacomo Lercaro (1891-1976), que lançou a proposta da Igreja dos pobres que, escreveu Alberigo, foi “talvez a mais original e profética desse primeiro período e acolhida com entusiasmo, sobretudo, pelos bispos do sul do planeta”³².

No fundo, porém, “os dois primeiros meses foram apenas um período de treinamento de um episcopado bastante desabituaado a exercer uma efetiva responsabilidade nos confrontos da Igreja, e pouco desorientado pela liberdade que o papa havia dado ao Concílio”³³.

No discurso de encerramento da fase inicial dos trabalhos, João XXIII disse:

*Na primeira sessão, a porta foi se abrindo aos poucos, até que se chegasse ao âmago das questões. Era o começo. [...] Como sabem, restamos ainda um longo caminho a percorrer. O supremo pastor da Igreja pensa em cada um de vocês, empenhados nos trabalhos pastorais que, na realidade, são o objetivo do Concílio. Há três aspectos que marcam o Concílio: seu magnífico início, que abriu as portas numa determinada direção, a continuação dos trabalhos que serão desenvolvidos com entusiasmo nos próximos meses, e os frutos tão desejados de fé, esperança e amor, que esperamos se multipliquem para toda a família humana. Esses três aspectos denotam bem a importância do Concílio.*³⁴

No entanto, nos primeiros meses de 1963, o estado de saúde do papa se agravou. A fala de João XXIII, então, dissiparia a impressão de que a suspensão dos trabalhos, aliada à sua enfermidade, poria o Concílio

³² ALBERIGO, G., *op. cit.*, 2006, p. 62.

³³ *Ibidem*, p. 63.

³⁴ JOÃO XXIII. Discurso no encerramento do primeiro período do Concílio. In: *Vaticano II. Mensagens, Discursos, Documentos*. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2007. p. 44, (grifos nossos).



em estado de hibernação, ou até prenunciaria seu adiamento por um tempo indeterminado, ainda que já se houvesse fixada a data de retomada das atividades para setembro de 1963. De certa forma, parecia que o papa já previa “sua morte”, porque deixara, como que em testamento, que ainda havia “um longo caminho a percorrer” e destacara que o Concílio havia aberto as portas numa determinada direção – que, ao menos à sua visão, não poderia ser mudada.

No dia 3 de junho daquele ano, o “Papa Bom” faleceu.

3 A continuação do Concílio por Paulo VI

O conclave para a escolha do sucessor de João XXIII se reuniu de 19 a 21 de junho, e elegeu o então arcebispo de Milão, Giovanni Batista Montini (1897-1978), que escolheu o nome de Paulo VI (1963-1978). A questão que se colocou foi: o processo iniciado pelo Vaticano II seria levado adiante ou não? Na verdade, quando da eleição de Montini, o colégio estava dividido entre os que queriam mudar o rumo progressista do Concílio e os que queriam ver o projeto de João XXIII completado. A referência do primeiro grupo era o cardeal Siri, que fora feito cardeal aos 45 anos pelo Papa Pio XII.³⁵ No conclave, 81 cardeais eram elegíveis para votar. O futuro papa precisaria de, ao menos, 54 votos, uma vez que Pio XII mudara a regra e eram necessários dois terços mais um.

Pio XII havia isolado Montini na Arquidiocese de Milão. Não se sabe bem o porquê. Um dos motivos que se alega é sua suposta tendência política de centro-esquerda, em meio a uma cúria conservadora e anti-comunista, que o tachava de progressista. Todavia, se Pio XII realmente o isolou, Montini foi o primeiro a ser criado cardeal pelo Papa João XXIII.³⁶ Talvez, pela “fama” que tinha, foi apenas no quinto escrutínio

³⁵ O cardeal Siri havia apoiado a eleição de João XXIII, em 1958. Agora, porém, considerava o pontificado dele um desastre e dizia que a Igreja levaria quatro séculos para se recuperar. Aliás, logo na abertura do conclave, Amleto Tondini (1899-1969), latinista que tinha o título oficial de secretário dos Breves Latinos, atacou o falecido Papa, lançando dúvidas sobre o aplauso entusiasta que João XXIII recebera de todo o mundo. Perguntou: “Esse aplauso veio de pessoas que eram fiéis verdadeiros, que aceitavam todos os ensinamentos dogmáticos e morais da Igreja?” (MCBRIEN, R. P. *Os Papas. Os Pontífices: De São Pedro a São João Paulo II*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2013. p. 382). No fundo, Tondini fazia votos de que o Concílio prosseguisse, mas que “fosse guiado com mão firme para sua verdadeira finalidade: o renascimento da vida religiosa dos indivíduos e das massas” (MARTINA, G., *op. cit.*, p. 300)

³⁶ SOUZA, N., *op. cit.*, 2020, p. 385.



que Montini alcançou 57 votos e foi eleito – note-se que com apenas três a mais do que o necessário.³⁷

Na sua primeira mensagem, no dia 22 de junho, para já traçar o perfil do seu pontificado, Paulo VI resgatou seus predecessores imediatos: Pio XI, a quem se referiu com “uma força de alma indomável”; Pio XII, que teria “enriquecido a Igreja com a luz de um ensinamento cheio de sabedoria”; e João XXIII, que teria dado “ao mundo o exemplo de sua bondade singular”³⁸. A retomada dos papas anteriores a João XXIII já demonstrava a sua postura: aberta, de um lado; mas ponderada, de outro. Embora já nesse discurso ele deixasse claro que continuaria o trabalho do Concílio, Pilvousek destaca que foi “de um modo comedido”³⁹, e não com aquele entusiasmo que se via em João XXIII.

*A parte mais importante de nosso pontificado será ocupada pela continuação do Concílio Ecumênico Vaticano II. Esta será a principal obra à qual queremos consagrar todas as energias que o Senhor nos deu para que a Igreja Católica, que brilha no mundo como a bandeira erguida sobre todas as nações distantes, possa atrair todos os homens pela majestade de seu organismo, pela juventude de seu espírito, pela renovação de suas estruturas, pela multiplicidade de suas forças, de modo que venham ex omni tribu et lingua et populo et natione. Este será o primeiro pensamento do ministério pontifício, para que seja proclamado cada dia mais alto na face do mundo que só no Evangelho de Jesus a salvação é esperada e desejada, “porque não há outro nome sob o céu dado a homens por ele. que deveriam ser salvos”.*⁴⁰

No dia 27 de junho, o secretário de Estado anunciou que o papa fixara a data para a retomada dos trabalhos: 29 de setembro. É preciso levar em conta que Paulo VI teve longa carreira diplomática, sendo,

³⁷ É bom destacar que Montini foi eleito somente com dois 3 votos a mais que o exigido. Cerca de 22 a 25 cardeais, cuja maioria era composta por prelados da Cúria, recusaram-se a votar nele, mesmo quando, naquele momento do conclave, sua eleição parecia estar já assegurada, uma vez que, no escrutínio anterior, ele já tivera uma quantidade expressiva de votos (MCBRIEN, R. P., *op. cit.*, p. 383).

³⁸ PAULO VI. *Primeira Mensagem do Papa Paulo VI ao mundo inteiro*. Disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/es/speeches/1963/documents/hf_p-vi_spe_19630622_first-message.html. Acesso em: 20 set. 2021.

³⁹ PILVOUSEK, Josef. A Igreja Católica desde a Primeira Guerra Mundial até o presente. In: KAUFMANN, T.; KOTTJE, R. *et. al.* (org.). *História Ecumênica da Igreja*. 3. Da Revolução Francesa até 1989. São Paulo: Loyola, Paulus; São Leopoldo: Sinodal, 2017. p. 356.

⁴⁰ PAULO VI, *op. cit.*



inclusive, subsecretário de Estado do papa Pio XII. Ao todo, foram 30 anos trabalhando na secretaria de Estado. Nesse sentido:

Paulo VI procurou atuar como conciliador, e mesmo apoiando a orientação reformista e enxergando as possibilidades de um recomeço, chamou também a atenção para os riscos potenciais inerentes a este processo fazendo concessões aos círculos conservadores, se necessário até sem tomar em consideração as opiniões do plenário. Agiu, contudo, contra a preservação do status quo. Por um lado, acentuava a liberdade do Concílio, mas por outro lado não deixava de lembrar que ele próprio, como papa, não se sentia comprometido com as decisões tomada pela maioria.⁴¹

Paulo VI, já no discurso de abertura do segundo período conciliar, fixou quatro objetivos: “a exposição da teologia da Igreja, a sua renovação interior, a promoção da unidade dos cristãos e o diálogo com o mundo contemporâneo”⁴². Em linhas gerais, o segundo período foi marcado pela discussão do documento sobre a Igreja, especialmente naquilo que diz respeito à colegialidade episcopal: o bispo passa a integrá-la devido à ordenação sacramental ou devido à nomeação por parte do papa? Se vale a segunda afirmação, reafirma-se o primado papal, isolando o bispo de Roma dos demais bispos, como se um serviço derivasse do outro. Sobre essa temática, o papa, ao final do segundo período, já esclareceu:

[...] Dessa forma, se reconhece plenamente a dignidade do ofício episcopal na Igreja de Deus, não como se fosse uma instituição que tenha sua própria base jurídica, distinta portanto, do pontificado supremo de Pedro ou, ainda pior, a ele contraposta, quando, na realidade, é uma forma sujeita a esse mesmo pontificado e dele participante, como ele e com ele ordenada ao bem comum da Igreja. Com isso, a estrutura hierárquica da Igreja se consolida, em lugar de se enfraquecer.⁴³

Ainda no segundo período, graças a uma limitada maioria, decidiu-se inserir no esquema *De Ecclesia* um último capítulo sobre a Virgem Maria. Discutiu-se o esquema sobre o ecumenismo, superando aquela intransigência secular que esperava um “retorno” a Roma dos “cismáticos e dos hereges” – palavras que, hoje, voltaram em cheio ao vocabulário

⁴¹ PILVOUSEK, J., *op. cit.*, p. 356.

⁴² ALBERIGO, G., *op. cit.*, 1995, p. 410.

⁴³ PAULO VI. Discurso de encerramento no segundo período do Concílio. In: *Vaticano II. Mensagens, Discursos, Documentos*. São Paulo: Paulinas, 2007. p. 65.



eclesial, 60 anos após um Concílio que não fez uso desse vocabulário e, tampouco, da tradicional fórmula: *Se alguém disser... Seja anátema!*

Uma questão importante que se colocou ao final do segundo período, quando se aprovaram os primeiros documentos do Concílio – a constituição sobre a liturgia *Sacrosanctum concilium* e o decreto sobre os meios de comunicação social *Inter mirifica* – foi a da fórmula com a qual o papa aceitaria as decisões do Concílio. A mudança foi significativa: o regulamento conciliar previa a mesma já usada por Pio IX no Vaticano I, segundo a qual o papa, com o concurso do voto do concílio, aprovava e promulgava os textos. Paulo VI, porém, julgando inoportuna a fórmula à luz da nova consciência eclesiológica que emergia pela grande maioria dos padres, aceitou uma proposta elaborada por um restrito grupo de peritos e, depois de invocar a Trindade, afirmava:

*Tudo o que consta nessa constituição obteve parecer favorável dos Padres Conciliares. Nós, em virtude do poder apostólico que nos foi delegado, juntamente com os Padres Conciliares, no Espírito Santo, aprovamos, decidimos e estatuímos o que foi estabelecido em Concílio, e mandamos que seja promulgado, para a glória de Deus.*⁴⁴

No intervalo das sessões, falava-se de uma inclinação de Paulo VI para encerrar os trabalhos no terceiro período, cujo início ficou fixado para 14 de setembro de 1964. No dia 6 de agosto, o papa lançou a Encíclica *Ecclesiam Suam*, que chamou a atenção ao problema eclesiológico. Por isso, já no início do terceiro período os padres foram informados que trabalhariam no esquema sobre a Igreja, o Ecumenismo, o Episcopado, a Revelação, o Apostolado dos Leigos e a Igreja no mundo contemporâneo. Foi neste período que, pela primeira vez, no dia 13 de outubro, usou da palavra um leigo: Patrick Keegan (1916-1990), que pediu maior impositação teológica entre o esquema sobre a Igreja e o Apostolado dos Leigos. Além disso, em meio às discussões, também foi apresentado o esquema sobre o ministério e a vida sacerdotal e o tão esperado sobre a Igreja na sua relação com o mundo contemporâneo. Foi introduzido também o esquema sobre a atividade missionária.

Neste penúltimo período que se chegou a uma importante “decisão” no que tange à colegialidade episcopal, sobre a qual o próprio papa pareceu se alegrar:

⁴⁴ Ver, por exemplo: LG 69.



*Era preciso reconhecer clara e decididamente as prerrogativas do pontificado supremo no momento mesmo em que se resolvia a questão da autoridade episcopal, para que se evidenciasse que tal autoridade em nada as prejudica, mas, pelo contrário, coaduna-se perfeitamente com o poder do vigário de Cristo e cabeça do colégio episcopal, segundo o direito constitutivo da Igreja. Em virtude da íntima articulação entre episcopado e primado, decorrente da própria natureza da Igreja, o episcopado constitui um corpo único e homogêneo, sujeito ao poder do bispo que é o sucessor de São Pedro, mas esse poder, longe de lhe ser estranho, é da mesma natureza que o episcopado, só que o preside como sua cabeça e centro. Por isso, nosso poder é o vosso; alegramo-nos com seu reconhecimento, proclamamos-lhe a grandeza e procuramos levá-lo à perfeição.*⁴⁵

A verdade, porém, é que, segundo Quinn⁴⁶, alguns sustentavam que Paulo VI apoiava a posição da maioria sobre a colegialidade, embora não estivesse, ele mesmo, tranquilo em relação a ela. Apesar disso, o papa fez tudo o que estava ao seu alcance para evitar que a minoria a rejeitasse. Só que, ao mesmo tempo, conta-se que durante o debate sobre a colegialidade Paulo VI passou muitas noites estudando a questão, para ter certeza de que o que estava sendo discutido não entrasse em conflito com o poder papal tal como fora definido do Vaticano I. Todo este esforço, ainda de acordo com Quinn⁴⁷, transparece na chamada *Nota Explicativa Prévia* que, na verdade, fazia parte de um dossiê entregue aos Padres Conciliares e, portanto, não era um ato do Concílio; não fez parte do documento sobre a Igreja e nem foi votada pela assembleia conciliar. No entanto, na ocasião, quando foi anunciado que uma “autoridade superior” determinara que a *Nota* fosse entregue aos Padres e que o conteúdo do capítulo terceiro do que viria a ser a *Lumen Gentium* deveria ser explicado e compreendido de acordo com o espírito e o sentido da *Nota*, todos entenderam que essa “autoridade superior” era o papa. “Isso mostrava que o papa estava extremamente ansioso e, apresentando esses esclarecimentos, queria tranquilizar a minoria e evitar uma ruptura e um voto negativo mais numeroso”.⁴⁸

⁴⁵ PAULO VI. Discurso no encerramento do terceiro período do Concílio. In: *Vaticano II. Mensagens, Discursos, Documentos*. São Paulo: Paulinas, 2007. p. 82.

⁴⁶ QUINN, J. R. *Reforma do papado*: indispensável para a unidade cristã. Aparecida: Editora Santuário, 2002. p. 95.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 98.

⁴⁸ QUINN, J. R., *op. cit.*, p. 98.



Apesar disso, Alberigo⁴⁹ ressalta que o regulamento do Concílio não previa específicas modalidades de intervenção do papa nos trabalhos conciliares. Por isso, sua eventual ação acabou sendo interpretada com um caráter autoritário, evocando a imagem das recaídas “monárquicas” que deformavam a correta imagem do primado. Além disso, a *Nota* parecia um mosaico de proposições tiradas das intervenções feitas no Concílio pelos líderes da minoria, embora, em geral, apenas reforçasse pleonasticamente o que já estava afirmado no capítulo III do esquema *De ecclesia*. Por isso, as proposições que não estavam nessa linha e tendiam a reduzir o alcance do texto conciliar estavam inevitavelmente destinadas à irrelevância, uma vez que o Concílio não foi chamado a manifestar-se sobre a *Nota*.

Logo, apesar de todo o esforço de Paulo VI, o acolhimento, por parte da assembleia, não foi favorável no que diz respeito à *Nota*, porque afinal de contas a doutrina da colegialidade episcopal não era o produto de um golpe contra a autoridade papal, mas resultado conseguido através de um debate amplo e articulado, e com as máximas convergências possíveis.⁵⁰

Algo semelhante aconteceu, curiosamente, na mesma sessão conciliar, no que diz respeito ao decreto sobre o ecumenismo. No dia 19 de novembro, os padres foram informados de que no esquema haviam sido introduzidas, “pela via da autoridade”, cerca de vinte modificações. E, como se não bastasse, as alterações enviadas por Paulo VI tendiam a enfraquecer o texto, reduzindo o seu alcance ecumênico, com uma desilusão não só de muitos bispos, mas sobretudo dos observadores.⁵¹

É importante deixar claro, porém, que a raiz do problema não era a personalidade do papa, mas a ambiguidade, que ainda perdura, na relação do papa com o Concílio. Podia o pontífice fazer o que queria? Se sim, para que um concílio? Às vezes, as intervenções de Paulo VI ressoavam como estando no mesmo nível das de qualquer outro bispo, mas era frequente assumir um papel proativo e esperar obediência às suas intervenções, que eram muitas. Infelizmente, porém, a multiplicidade de papéis que Paulo VI desempenhou deixou alguns bispos confusos e, por vezes, ressentidos.⁵² No fundo, essa questão permanece hoje: não é a

⁴⁹ ALBERIGO, G., *op. cit.*, 1995, p. 427.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 428.

⁵¹ *Ibidem*, p. 428-429.

⁵² O'MALLEY, J. W., *op. cit.*, p. 74-75.



questão teórica de quem governa a Igreja, pois o Vaticano II já a respondeu, mas quais os instrumentos apropriados para tornar a colegialidade mais prática e eficaz.⁵³

No dia 21 de novembro de 1964, foram aprovadas solenemente a constituição dogmática sobre a Igreja, *Lumen Gentium*; o decreto sobre o ecumenismo, *Unitatis Redintegratio*; e o decreto sobre as igrejas orientais, *Orientalium Ecclesiarum*, com poucos votos em contrário.

Em janeiro de 1965, Paulo VI fixou a reabertura dos trabalhos para o dia 14 de setembro daquele ano. Enquanto o Concílio retomava suas atividades, Paulo VI anunciou a constituição do Sínodo dos Bispos como representação do episcopado, com função consultiva em relação ao papa e que deveria se reunir a cada dois ou três anos para formular propostas sobre temas determinados pelo próprio bispo de Roma. O órgão foi criado devido a demanda que surgiu pela constituição de um organismo, que fosse constituído pelos bispos, para colaborar estreita e frequentemente com o papa nos problemas relativos ao conjunto da Igreja. Segundo Alberigo⁵⁴, “a proposta inspirava-se no desejo de ajudar o papa no seu cada vez mais oneroso ofício, com o conselho e o consenso de uma representação do colégio episcopal”.

Um mês depois, foram aprovados três decretos – sobre os bispos, *Christus Dominus*; sobre a vida religiosa, *Perfectae Caritatis*; sobre a formação sacerdotal, *Optatam totius* – e duas declarações – sobre a educação, *Gravissimum educationis*; e sobre as relações da Igreja com as religiões não-cristãs, *Nostra Aetate*. Em novembro, aprovaram-se a constituição dogmática sobre a revelação, *Dei Verbum* e o Decreto sobre o Apostolado dos Leigos, *Apostolicam Actuositatem*. Na véspera da clausura, foram aprovados a declaração sobre a liberdade religiosa, *Dignitatis Humanae*; o decreto sobre a atividade missionária da Igreja, *Ad gentes*; o decreto sobre a vida e o ministério sacerdotal, *Presbyterorum Ordinis*, e a Constituição Pastoral sobre a Igreja no mundo de hoje, *Gaudium et Spes*.⁵⁵

Desse modo, ao todo, o Concílio se desenrolou em quatro períodos de intenso trabalho, sem contar os intervalos: o 1º, de 11 de outubro a 8 de dezembro de 1962; o 2º, de 29 de setembro a 4 de dezembro de 1963;

⁵³ *Ibidem*, p. 61.

⁵⁴ ALBERIGO, G., *op. cit.*, 1995, p. 414.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 438.



o 3º, de 14 de setembro a 21 de novembro; e o 4º e último, de 14 de setembro a 8 de dezembro de 1965. Ao todo, promulgou 16 documentos: 4 constituições, 9 decretos e 3 declarações, abaixo expostas de acordo com a data de aprovação, seguidos dos votos a favor, contrários e nulos:⁵⁶

Constituição <i>Sacrosanctum Concilium</i> , sobre a Sagrada Liturgia	2174	4	1
Decreto <i>Inter Mirifica</i> , sobre os meios de comunicação social.....	1960	164	-
Constituição Dogmática <i>Lumen Gentium</i> , sobre o mistério da Igreja.....	2151	5	-
Decreto <i>Unitatis Redintegratio</i> , sobre o empenho ecumênico.....	2137	11	-
Decreto <i>Orientalium Ecclesiarum</i> , sobre as Igrejas Orientais	2110	39	-
Decreto <i>Christus Dominus</i> , sobre a função pastoral dos bispos na Igreja.....	2319	2	1
Decreto <i>Perfectae Caritatis</i> , sobre a renovação da vida religiosa	2325	4	-
Decreto <i>Optatam Totius</i> , sobre a formação sacerdotal.....	2318	3	-
Declaração <i>Gravissimum Educationis</i> , sobre a educação cristã.....	2290	35	-
Declaração <i>Nostra aetate</i> , sobre a relação da Igreja com as religiões não-cristãs	2221	88	1
Constituição Dogmática <i>Dei Verbum</i> , sobre a revelação divina.....	2344	6	-
Decreto <i>Apostolicam Actuositatem</i> , sobre o apostolado dos leigos	2340	2	-
Declaração <i>Dignitatis Humanae</i> , sobre a liberdade religiosa	2308	70	6
Decreto <i>Ad gentes</i> , sobre a atividade missionária na Igreja.....	2394	5	-
Decreto <i>Presbyterorum Ordinis</i> , sobre o ministério e a vida sacerdotal	2390	4	-
Constituição Pastoral <i>Gaudium et Spes</i> , sobre a Igreja no mundo de hoje.....	2309	75	7

⁵⁶ Informações recolhidas de ALBERIGO, G., *op. cit.*, 1995, p. 393-442.



Considerações finais

É preciso salientar ainda alguns aspectos bastante importantes do Vaticano II que, historicamente, marcaram-no, no que diz respeito às participações nas assembleias conciliares:

I. A participação dos teólogos. Quando da constituição das dez comissões preparatórias do Concílio, o papa tinha o direito de nomear outros membros, que poderiam ser teólogos, advogados canônicos e outros especialistas como consultores ou *peritos* das comissões. A primeira lista, publicada em 28 de setembro de 1962, continha 228 nomes. Quando o Concílio terminou, ela já continha 480. À medida que o Concílio avançava, o papa nomeava cada vez mais peritos, cuja abordagem, inclusive, é que promovia a direção inesperada que o Concílio estava a tomar. Apesar de os regulamentos permitirem que os bispos levassem seus próprios peritos ao Concílio, havia uma distinção entre estes e os que tinham sido nomeados pelo papa. O cardeal Franz König (1905-2004), de Viena, levou o jesuíta Karl Rahner (1904-1984), teólogo olhado em Roma com muita desconfiança; Josef Frings (1887-1978), de Colônia, levou Joseph Ratzinger. No segundo período do Concílio, o teólogo dominicano francês Yves Congar, antes alvo de censura eclesiástica, tornou-se, talvez, o teólogo mais importante de todo o Concílio. O que os teólogos alcançaram, no Vaticano II, só foi possível porque os bispos se aliaram a eles e se dispuseram a seguir a sua liderança.⁵⁷

II. A participação dos leigos. Em 1833, em Paris, o jovem Frédéric Ozanam organizou-se com alguns outros estudantes para ajudar os pobres e lançou os alicerces da Sociedade de São Vicente de Paulo. Nos EUA, em 1882, criou-se a ordem dos Cavaleiros de Colombo, e sua homóloga feminina, as Filhas Católicas da América. Eram exemplos de associações leigas que emergiam. A mais importante delas, porém, foi a Ação Católica, movimento que encarnou o sujeito moderno, promovida pelo Papa Pio XI (1922-1939), que trouxe os leigos para dentro da Igreja. Aos poucos, a concepção clerical de manter a separação entre leigos e clero foi se modificando. Conste-se que, na fase preparatória do Concílio, várias organizações católicas de leigos se esforçaram para dar sua contribuição ao evento. Quando, no dia 8 de outubro de 1964, o cardeal Fernando Cento apresentou o projeto do decreto *Apostolicam Actuosi-*

⁵⁷ O'MALLEY, J. W., *op. cit.*, p. 87-88.



tatem, fez questão de agradecer aos leigos que o ajudaram a preparar o documento. Cerca de cem leigos também trabalharam na formulação de *Gaudium et Spes*.⁵⁸ Conste-se que, no Vaticano II, houve a presença de mulheres, embora McEnroy destaque elas não foram convidadas como indivíduos, mas sim pelas funções que exerciam, como líderes e representantes de grupos. Ainda assim, havia 29 leigas e 23 mulheres convidadas como auditoras de 14 países: 13 eram leigas, nove eram religiosas e uma era parte de Instituto Secular⁵⁹.

III. A participação dos observadores. Quando o Papa João XXIII anunciou a sua intenção de convocar um Concílio, emitiu um convite cordial aos fiéis das comunidades separadas para participarem. Diferentemente do que ocorrera em Trento e no Vaticano I, a resposta foi positiva, o que se deve à natureza aberta do convite (sem condições estabelecidas), à confiança que João XXIII havia conquistado e ao movimento ecumênico já em andamento das Igrejas protestantes. Em qualquer altura, estavam presentes no Concílio entre cinquenta e cem observadores. No primeiro período, havia catorze das Igrejas Ortodoxas e quarenta de Igrejas Protestantes. Embora não pudessem intervir nos debates, tinham o mesmo acesso que os bispos à documentação relacionada com o Concílio. A influência dos observadores era indireta e difícil de localizar, mas, ao mesmo tempo, eficaz, e estabeleceu um padrão para esforços futuros no sentido de promover a compreensão mútua.⁶⁰

Acima de tudo isso, porém, é importante também mencionar, ainda que rapidamente, todo o contexto prévio ao Vaticano II. Muito do que ali se assistiu só foi possível porque, já anos antes, havia uma série de movimentos que ajudaram-no a leva-lo a cabo, tais como o *movimento bíblico*, especialmente a partir do emprego do método histórico-crítico, que ofereceu aos estudos bíblicos uma verdadeira sistematização científica; o *movimento litúrgico*, que propunha maior abertura em relação ao mistério e, sobretudo, uma superação da compreensão “coisificada” dos sacramentos; o *movimento ecumênico*, que se desenvolveu em campo protestante e, graças a João XXIII, sofreu uma certa reviravolta ao

⁵⁸ *Ibidem*, p. 100-102.

⁵⁹ WOLFART, G.; MAGALHÃES, T. *Hóspedes na própria casa*. A presença das mulheres no Concílio Vaticano II. Entrevista especial com Carmel McEnroy. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/520045-a-presenca-das-mulheres-no-concilio-vaticano-ii-entrevista-especial-com-carmel-mcenroy>. Acesso em: 7 nov. 2022.

⁶⁰ O'MALLEY, J. W., *op. cit.*, p. 111-112.



interno da Igreja Católica; o *movimento missionário*, que recebeu toda sua influência do fenômeno da descolonização da África, seguido do despertar a respeito do aspecto dominador da evangelização europeia; o *movimento leigo*, que cooperou decididamente para a superação da tradicional divisão clérigo-leigo; o *movimento teológico*, baseado sobretudo na “nova teologia”; e todo o contexto *social*, na superação do absolutismo monárquico. Esses movimentos ajudam a compreender que, como expressa Libânio, “o sujeito moderno foi se construindo antes do Concílio para fazer-se presente na aula conciliar por meio dos movimentos”⁶¹.

No fundo, o que se nota é que havia um impulso, no que tange às mudanças que o Concílio operou, motivadas por um espírito de *reconciliação*. Esta pode ser considerada também uma palavra-chave para entender o Concílio como um todo, especialmente porque os perfis dos papas que o conduziram, João XXIII e Paulo VI, seguia exatamente por esta perspectiva.

Nesse sentido, uma prova de amor e fidelidade à Igreja que se pode dar é trabalhar concretamente a recepção conciliar, visto que, como disse o Papa Francisco, “a Igreja não celebrou o Concílio para fazer-se admirar, mas para se dar, porque a nossa Mãe hierárquica, nascida do coração da Trindade, existe para amar”; e amor é, essencialmente, doação. E a Igreja existe para amar porque, como escreveu Von Balthazar, “só o amor é digno de fé”⁶².

Quando, porém, uma organização, sobretudo milenar como a Igreja, empreende novas tarefas, como um *aggiornamento* que reverteu o modo com que ela mesma se apresentava ao mundo, em certo sentido ela também se redefine. Ou seja: as novas tarefas que o Vaticano II impôs à Igreja resultaram em uma nova compreensão de si, que foi uma continuação, sim, mas também um afastamento do passado. Daí a importância da *ecclesiologia histórica*: se não foi sempre assim, não significa que deve ser sempre assim. Portanto, a vivência do enorme esforço da Igreja em dialogar e se reconciliar com a sociedade, tão presentes nos esforços de ambos os papas, deve permanecer, sob pena de, em um futuro breve, a história cobrar um preço muito alto.

⁶¹ LIBÂNIO, J. B., *op. cit.*, p. 48. Para detalhes sobre os movimentos, recomenda-se seguir o citado autor, p. 21-48.

⁶² BALTHASAR, H. U. V. *Só o amor é digno de fé*. Disponível em: https://www.snpcultura.org/so_o_amor_e_digno_de_fe.html. Acesso em: 20 out. 2022.



Referências

- ALBERIGO, G. *Breve história do Concílio Vaticano II*. Aparecida: Santuário, 2006.
- ALBERIGO, G. *Igreja santa e pecadora*. Conversão da Igreja? São Paulo: Loyola, 2019.
- ALBERIGO, G. O Concílio Vaticano I (1869-1870). In: ALBERIGO, G. (org.). *História dos Concílios Ecumênicos*. São Paulo: Paulus, 1995. p. 365-390.
- ALBERIGO, G. O Concílio Vaticano II (1962-1965). In: ALBERIGO, G. (org.). *História dos Concílios Ecumênicos*. São Paulo: Paulus, 1995. p. 391-440.
- BALTHASAR, H. U. V. *Só o amor é digno de fé*. Disponível em: https://www.snpcultura.org/so_o_amor_e_digno_de_fe.html. Acesso em: 20 out. 2022.
- DIAS, Tiago Cosmo da Silva. A revisão dos títulos papais: condição para a vivência do carisma petrino, *Teocomunicação*, Porto Alegre, v. 52, n. 1, jan./dez. 2022, p. 1-11. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/teo/article/view/43389/27656>. Acesso em: 20 out. 2022.
- LIBANIO, J. B. *Concílio Vaticano II*. Em busca de uma primeira compreensão. São Paulo: Loyola, 2005.
- MCBRIEN, R. P. *Os Papas*. Os Pontífices: De São Pedro a São João Paulo II. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2013.
- MONDIN, B. *Dicionário Enciclopédico dos Papas*. História e Ensina-mentos. São Paulo: Ave-Maria, 2007.
- O'MALLEY, J. W. *Quando os bispos se reúnem*. Um ensaio que compara Trento, o Vaticano I e o Vaticano II. Lisboa: Edições 70, 2020.
- PAPA FRANCISCO. *Homilia do Papa Francisco*. 60º aniversário do início do Concílio Ecumênico Vaticano II. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2022/documents/20221011-omelia-60concilio.html>. Acesso em: 20 out. 2022.
- PAPA JOÃO XXIII. *Allocuzione del Santo Padre Giovanni XXIII con la quale annuncia il sinodo romano, il concilio ecumenico e l'aggiornamento del código di diritto canonico*. Disponível em: <https://>



www.vatican.va/content/john-xxiii/it/speeches/1959/documents/hf_j-xxiii_spe_19590125_annuncio.html. Acesso em: 20 out. 2022.

PAPA JOÃO XXIII. Constituição Apostólica *Humanae Salutis*. In: *Vaticano II*. Mensagens, Discursos, Documentos. São Paulo: Paulinas, 2007. p. 11-18.

PAPA JOÃO XXIII. Discurso *Gaudet Mater Ecclesia* na abertura solene do Concílio. In: *Vaticano II*. Mensagens, Discursos, Documentos. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2007. p. 27-35.

PAPA JOÃO XXIII. Discurso no encerramento do primeiro período do Concílio. In: *Vaticano II*. Mensagens, Discursos, Documentos. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2007. p. 40-45.

PAPA PAULO VI. Discurso de encerramento no segundo período do Concílio. In: *Vaticano II*. Mensagens, Discursos, Documentos. São Paulo: Paulinas, 2007. p. 60-67.

PAPA PAULO VI. Discurso no encerramento do terceiro período do Concílio. In: *Vaticano II*. Mensagens, Discursos, Documentos. São Paulo: Paulinas, 2007. p. 79-89.

PAPA PAULO VI. *Primeira Mensagem do Papa Paulo VI ao mundo inteiro*. Disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/es/speeches/1963/documents/hf_p-vi_spe_19630622_first-message.html. Acesso em: 20 out. 2022.

PILVOUSEK, Josef. A Igreja Católica desde a Primeira Guerra Mundial até o presente. In: KAUFMANN, T.; KOTTJE, R. *et. al.* (org.). *História Ecumênica da Igreja*. 3. Da Revolução Francesa até 1989. São Paulo: Loyola, Paulus; São Leopoldo: Sinodal, 2017. p. 293-382.

QUINN, J. R. *Reforma do papado: indispensável para a unidade cristã*. Aparecida: Editora Santuário, 2002.

SOUZA, N.; GOMES, E.S. Os papas do Vaticano II e o diálogo com a sociedade contemporânea, *Teocomunicação* 44, p. 5-27, 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/teo/article/view/18264/11689>. Acesso em: 20 out. 2022.

SOUZA, N.; GONÇALVES, P. S. L. *Catolicismo e sociedade contemporânea*. Do Concílio Vaticano I ao contexto histórico teológico do Concílio Vaticano II. São Paulo: Paulus, 2013.



SOUZA, N. Antecedentes e Evento Histórico. In: ALMEIDA, J. C.; MANZINI, R.; MAÇANEIRO, M. (org.). *As janelas do Vaticano II. A Igreja em diálogo com o mundo*. Aparecida: Santuário, 2013. p. 63-82.

SOUZA, N. Contexto e desenvolvimento histórico do Concílio Vaticano II. In: BOMBONATO, V.I. & GONÇALVES, P.S.L. (org.). *Concílio Vaticano II: análise e perspectivas*. São Paulo: Paulinas, 2004. p. 17-67.

SOUZA, N. *História da Igreja*. Notas Introdutórias. Petrópolis: Vozes, 2020.

WOLFART, G.; MAGALHÃES, T. *Hóspedes na própria casa*. A presença das mulheres no Concílio Vaticano II. Entrevista especial com Carmel McEnroy. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/520045-a-presenca-das-mulheres-no-concilio-vaticano-ii-entrevista-especial-com-carmel-mcenroy>. Acesso em: 7 nov. 2022.